



Estado do Rio Grande do Sul

Município de

Sete de Setembro



LEI Nº 1073, 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Sete de Setembro para o exercício financeiro de 2018.

Emancipação
28.12.95

O Prefeito Municipal de Sete de Setembro, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 92, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Sete de Setembro, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono, promulgo e publico a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2018, compreendendo:

- I — o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta;
- II — o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta;
- III — o Orçamento de Investimentos.

Altitude
300m

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Publicado no Mural em

14 / 12 / 17

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$13.847.888,51 (Treze milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos).

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
1 – RECEITAS CORRENTES	R\$ 6.278.414,06	R\$ 8.668.176,26	R\$ 14.946.590,32
Receita Tributária	R\$ 353.366,30	R\$ 180.543,70	R\$ 533.910,00
Receita de Contribuições	-	R\$ 589.000,00	R\$ 589.000,00

Habitantes
2.124



Estado do Rio Grande do Sul

Município de

Sete de Setembro



Emancipação
28.12.95

Altitude
300m

Área
129,83 Km²

Habitantes
2.124

Receita Patrimonial	R\$ 42.710,00	R\$ 1.339.705,00	R\$ 1.382.415,00
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	R\$ 288.850,00	-	R\$ 288.850,00
Transferências Correntes	R\$ 5.565.637,76	R\$ 6.542.877,56	R\$ 12.108.515,32
Outras Receitas Correntes	R\$ 27.850,00	R\$ 16.050,00	R\$ 43.900,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 100,00	R\$ 406.000,00	R\$ 406.100,00
Operações de Crédito Internas	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-
Transferências de Capital	-	R\$ 365.850,00	R\$ 365.850,00
Alienação de Bens	R\$ 100,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.100,00
Amortização de Empréstimos	-	R\$ 10.150,00	R\$ 10.150,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-
7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	R\$ 450.000,00	R\$ 450.000,00
Receita de Contribuições – Intraorç.	-	R\$ 450.000,00	R\$ 450.000,00
9 – DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	R\$ 7.375,00	R\$ 1.947.426,81	R\$ 1.954.801,81
TOTAL	R\$ 6.271.139,06	R\$ 7.576.749,45	R\$ 13.847.888,51

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 13.847.888,51 (Treze milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos) sendo:

- I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 9.175.079,52 (Nove milhões, cento e setenta e cinco mil, setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos);
- II - No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 4.050.123,99 (Quatro milhões, cinquenta mil, cento e vinte e três reais e noventa e nove centavos);
- III - No Orçamento de Investimentos das Empresas, em R\$ 622.685,00 (Seiscentos e vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais).

Art. 5º A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:



Estado do Rio Grande do Sul

Município de

Sete de Setembro



Emancipação
28.12.95

Altitude
300m

Área
129,83 Km²

Habitantes
2.124

GRUPO DE DESPESA	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
3. DESPESAS CORRENTES	R\$ 5.965.639,06	R\$ 5.640.314,45	R\$ 11.605.953,51
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 4.052.638,55	R\$ 4.077.267,36	R\$ 8.129.905,91
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	R\$ 33.000,00	-	R\$ 33.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 1.880.000,51	R\$ 1.563.047,09	R\$ 3.443.047,60
4. DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 255.500,00	R\$ 458.535,00	R\$ 714.035,00
4.1 – Investimentos	R\$ 183.100,00	R\$ 439.585,00	R\$ 622.685,00
4.2 - Inversões Financeiras	R\$ 4.000,00	R\$ 18.950,00	R\$ 22.950,00
4.3 – Amortização da Dívida	R\$ 68.400,00	-	R\$ 68.400,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 50.000,00	R\$ 1.477.900,00	R\$ 1.527.900,00
TOTAL	R\$ 6.271.139,06	R\$ 7.576.749,45	R\$ 13.847.888,51

Art. 6º Integram esta Lei, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº 1.065/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2018, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Seção III

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- anulação parcial ou total de suas dotações;
- incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
- excesso de arrecadação.

II – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de

Sete de Setembro



Art. 8º No caso do Poder Executivo, o limite autorizado no artigo 7º, inciso I, não será onerado quando o crédito suplementar se destinar a atender:

I — insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II — despesas decorrentes de sentenças judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;

III — despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 62 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018.

Art. 10º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 11º Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.


Art. 12º O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 13º Ficam atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos nos incisos I e III do art. 2º da Lei Municipal nº 1.065/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto no § 1º do mesmo artigo.

Parágrafo único. Para efeitos de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário apurado serão comparados com as metas ajustadas nos termos do caput deste artigo.

Art. 14º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SETE DE SETEMBRO, AOS 14 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017.


Márcio Politowski
Prefeito Municipal

Emancipação
28.12.95

Altitude
300m

Área
129,83 Km²

Habitantes
2.124